



ACÓRDÃO Nº214/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11448/2019.

Apenso: Processo nº 11470/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Fundo Municipal de Saúde - FMS

4- Exercício: 2018

5- Responsável: Marcelo Magaldi Alves (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Edmara de Abreu Leão – Procuradora do Município.

7- Unidade Técnica: DICAMM e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 282/2020, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde - FMS. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde - FMS, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do Senhor **Marcelo Magaldi Alves**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Marcelo Magaldi Alves**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde - FMS e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas na Fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo



ACÓRDÃO Nº214/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

- 10.3.1.** Foi verificado pela Comissão de Inspeção que ocorreu uma variação entre os exercícios de 2018 e 2017 em Resultado de Exercícios Anteriores. Demonstrar quantitativamente essa variação.
- 10.3.2.** A Comissão de Inspeção não identificou na Prestação de Contas Anual a composição da conta Ajustes de Exercícios Anteriores referente ao exercício de 2018. Demonstrar a composição desta conta.
- 10.3.3.** Ao analisar o Balanço Patrimonial, foi constatado que não foi realizada a depreciação dos bens imóveis no ativo imobilizado. O item 5, Parte II da 8ª Edição do MCASP destaca que: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso. Ao final de cada exercício financeiro recomenda-se que a entidade realize a revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo. Ante ao exposto, justificar o motivo pelo qual não foi procedida a depreciação dos referidos itens do ativo imobilizado.
- 10.3.4.** Observou-se que os softwares não foram amortizados conforme captura de tela a seguir: De acordo como o item 6, Parte II da 8ª Edição do MCASP: A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver



ACÓRDÃO Nº214/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo. Ante ao exposto, justificar o motivo pelo qual não foi procedida a amortização dos softwares.

- 10.3.5.** Foi observado pela Comissão de Inspeção que, a rubrica Uso de Material de Consumo aumentou cerca de 715%, de 2017 para 2018. Justificar o motivo que levou a esse aumento substancial.
- 10.3.6.** Constatou-se que o fundo dispendeu R\$ 3.266,91 referente ao pagamento de multas, juros e encargos ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, assim como R\$ 26.007,92 referente a multas ao Departamento Nacional de Trânsito – DETRAM. Justificar tais pagamentos, atendendo ao artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 10.3.7.** A Comissão de Inspeção identificou que servidores da SEMSA passaram a ser servidores do FMS sem concurso. Justificar essa transferência, em atendimento ao artigo 37, inciso II da Constituição Federal da República de 1988.
- 10.3.8.** Justificar a inexistência de controle de ponto neste fundo municipal, haja vista que tal conduta contraria o 5º da Decreto nº 203, de 07 de julho de 2009, de acordo com o artigo 5º da Decreto nº 203/2009.
- 10.3.9.** Foi constatado que houve aquisição nos pregões de materiais, no exercício de 2018, sem planejamento, assim como também através das dispensas e inexigibilidade, contrariando o artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 10.3.10.** Foi adquirido no exercício vários materiais de consumo (material laboratorial, material hospitalar, ferramentas, medicamentos), entretanto foi distribuído no exercício apenas parte dele, verifica-se ainda que existe um estoque trazido do exercício passado. Justificar o motivo pelo qual esse material não foi distribuído, considerando que se trata de materiais e medicamentos que deveriam estar sendo distribuídos a população, de acordo com o artigo 1º, §1º da Lei Complementar nº 101/2000.
- 10.3.11.** A comissão de Inspeção observou, por meio de amostragem no percentual de 25%, que as pastas funcionais estavam desatualizadas, faltando as seguintes informações: Esclarecer o motivo atendendo ao artigo 5º da Lei nº 12.527/2011.
- 10.3.12.** Ao analisar os contratos de nº 002/2018 e Nº 003/2018, não identificamos em ambos os contratos a presença do Relatório



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº214/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Acompanhamento de Contrato. Justificar o motivo, em atendimento ao artigo 73 e 76 da Lei nº 8.666/93.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Março de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral